



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

#### ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. A Presidente do Conselho esclareceu que a questão do FUNDEPE está encaminhada, o dinheiro decorrente das inscrições no concurso poderá ser utilizado. Então, pediu aos Conselheiros que elaborem propostas de deliberações de pró-livro, pró-software, pagamento de mestrado para que sejam apresentadas nesse colegiado. Com relação às diárias, as contas de quem encaminhou as planilhas já foram feitas, estando tudo calculado. O expediente está no planejamento para elaboração do decreto, faltando só isso para que o pagamento seja efetuado. Com relação aos estagiários, a Vânia e o Carlos Loureiro estiveram no Gabinete do Desembargador, que deu a liminar em um dos mandados de segurança, para tentar resolver a questão referente ao retorno ao trabalho dos estagiários. Porém, não conseguiram falar com ele, mas trabalharam juntos para resolver essa questão. Sobre o imóvel da Boa Vista, demorará cerca de cinco meses para entregar com a reforma pronta. Além disso, tem o prédio da Abolição, que será locado para instalar o FAJ, o RH e o COJE. Há interesse da PGE que seja desocupado o mais rápido possível. A questão está encaminhada e deverá ter solução em breve. Comentou sobre a reunião que teve com a Mariângela, uma das questões principais era onde seria colocado o COJE, está se buscando uma solução para colocá-lo na Liberdade. Talvez uma solução seria a criação de um núcleo de gênero para absorver a estrutura do COJE. Disse que a forma de realização da triagem precisa ser modificada, pois do modo que está sendo feita não atende os objetivos. Está sendo pensada uma solução imediata. Foi discutido pelos Conselheiros a possibilidade de se fazer algo de forma mais organizada e a composição de um grupo de trabalho. Com relação ao imóvel de Brasília, foi discutida a importância de termos um espaço até o final do ano para aos poucos assumirmos esse trabalho que é feito pela Patrícia. Foi dito pela PGE que com a solução do FUNDEPE, poderia ser resolvida a questão dos honorários, porém a solução dada para o FUNDEPE não é definitiva. No entanto, não há concordância deles em relação à proposta apresentada por nós. Sobre os plantões de final de ano, os Fóruns trabalharão em esquema de plantão. Surgiu uma história que os Procuradores seriam dispensados, no entanto, a Mariângela disse que essa dispensa não ocorreu. Será feita uma proposta de resolução conjunta, disciplinando o trabalho de final de ano, mas uma coisa é certa não haverá diferença do trabalho de Procuradores e Defensores. Esse plantão não será remunerado, pois não se encaixa nas hipóteses previstas na deliberação. Passou-se, então, as comunicações da Secretaria. Foi informado que a secretaria do Conselho terá protocolo eletrônico que está sendo instalado e a contratação da Secretária deve estar resolvida no máximo em um mês. Passou-se ao momento aberto. O Diretor Administrativo da APADEP,



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

Rafael Muneratti, disse que a forma de trabalho dos Procuradores nos plantões foi confirmada pela Maria Ignez e baseou-se no fato de que os Defensores seriam remunerados. Também ouviu a mesma informação diretamente da chefia da PAJ Criminal. Sobre a gratificação dos Conselheiros, os colegas se manifestaram favoravelmente, dezessete a favor e quatro contra. Ele acha que o cenário não mudará, sendo que isso só fortalece a decisão tomada pelo Conselho. Trouxe também uma questão de um colega, Otoniel, que substituiu o Glauber nas férias e depois pediu a gratificação, a pergunta é se tem que ser avisado antes a gratificação. Trouxe uma pergunta da Diretora de Assuntos do Interior da APADEP que gostaria de saber como serão substituídas as bancas no interior com novos Defensores. Comentou que um representante da APADEP irá para Brasília entre nove e dez de outubro para participar de uma assembléia da ANADEP. Segundo o José Eduardo Cardozo, disse que será difícil aprovar a PEC esse ano, mas se fará um movimento para agilizar. Sobre a representação do Noadir disse que está sendo negociada com a FUNAP. A Presidência, respondendo as perguntas sobre a gratificação, disse que será feita um ato conjunto pelo Pedro e pelo Vitore para definir como se dará a substituição de bancas, esclarecendo que, provavelmente, terá que ser feita uma escala entre os colegas. Com relação aos novos Defensores ainda não está se definindo onde serão colocados, mas em princípio onde houver um Procurador para ser substituído, um Defensor será colocado no lugar. O Governo informou que fará um corte no orçamento e, se isso realmente ocorrer, só conseguiremos nomear 180 Defensores Públicos. Passou-se então as manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Weis noticiou que tivemos uma grande vitória no CNPCP referente ao indulto em que foi aprovado projeto de indulto no Ministério da Justiça retirando a condicionalidade que existia desde 2003. Isso se deu em razão de um parecer do núcleo de situação carcerária. O parecer foi muito elogiado, assim como a atuação da Defensoria Pública de SP, sendo que foi única Defensoria que mandou. Há uma previsão que no país 2000 pessoas serão indultadas. Além disso, teve uma reunião com o Ivo do DEPEN em que foi fechado o projeto de esforço concentrado. O Ministério Público e o Poder Judiciário não entregaram seus projetos. O nosso vai sair no valor de R\$ 490 mil, com um aporte de R\$ 50 mil. Estamos com problemas na execução penal, as ONGs estão sendo tiradas dos CRs e essa questão deve ser resolvida. A área penitenciária é uma demanda que cresce e deve ser pensado num modelo de convênio para atender essa demanda. Informou que em razão das férias do Geraldo, ele ficará na Coordenação da Assistência ao Preso durante 15 dias. Comentou, ainda, que fez um projeto sobre a importância da existência da ouvidoria como controle externo, mas não recebeu retorno do Arquimedes, Corregedor do DF e Presidente do Colégio Nacional de Corregedores Gerais. Por fim, disse que está avançando sobre a estruturação do Fórum Permanente dos Defensores Públicos que atuam na Execução Penal. O Conselheiro Noadir fez uma observação sobre a questão remuneratória. Disse que, com o valor dos salários, os novos colegas não permanecerão na carreira. Falou que é necessário se fazer um movimento forte para melhoria da nossa remuneração. O Conselheiro Willian disse que deve haver uma preocupação com a triagem, pois a estrutura inadequada tem levado os seguranças a



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

prestarem orientação jurídica aos usuários. Informou que a organização do evento de posse dos membros do Conselho Consultivo está em seu estágio final e que será realizada no Tribunal de Justiça de São Paulo, em razão do simbolismo, já que se trata do tribunal mais conservador do País. Comentou que tem se reunido com movimentos sociais que manifestaram interesse em agendar conversa com a Defensora Pública Geral para trazer algumas questões e até demandas para Defensoria. Ainda, ressaltou que, do observado, a Defensoria Pública caminha para o seu fortalecimento contando com a força social, de maneira a não se justificar que as demais Defensorias tenham receio de abrir a instituição, que é uma resistência do próprio Conselho de Defensores Públicos Gerais. Por esse motivo, ressaltou que é necessário transformar a Ouvidoria de São Paulo, em um paradigma, fomentando juntamente com a sociedade civil, a necessidade de se garantir, quando da discussão no Congresso, da mudança da Lei 80/94 a criação e o fortalecimento de uma Ouvidoria autônoma. O Conselheiro Wagner relatou que foi a uma favela e depois chegou uma guarnição da polícia e teve que contornar a situação, já que não dispunha de identificação, por isso é necessário acelerar a confecção. A visita foi noticiada no Jornal da região. O Conselheiro Victor Hugo questionou sobre a abertura de conta no Banco NC-NB e da nossa verba honorária de março 2006. A questão da verba honorária foi esclarecida pelo Rafael, que disse que há discussão sobre como se deu a transposição de cargos e isso pode prejudicar a decisão sobre a ADIN. O Defensor Público Assessor Antonio Maffezoli não se manifestou. O Conselheiro Carlos Loureiro relatou que esteve numa reunião da Jornada de Moradia. A experiência foi feliz, pois é uma aproximação com a sociedade civil e essa é a nossa vocação, mas assustadora, pois há uma imensa demanda sobre moradia. O Renato convidou os colegas a participarem e será muito importante essa participação, pois serão necessárias visitas aos locais. Comentou, ainda, que pensou melhor sobre a propositura de ações coletivas. E chegou à conclusão que a nossa postura de vanguarda não tem efeito imediato, mas o que é mais importante é permitir que a sociedade civil se organize, o nosso apoio tem esse principal fundamento, para que as pessoas se organizem. O Conselheiro Roque perguntou sobre a nomeação para os Conselhos, sobre o nosso projeto de aumento, sobre o grupo de trabalho sobre as discussões da nossa lei e comentou sobre a importância de já marcar um encontro com o provável novo Governador José Serra. A conselheira Franciane refletiu sobre a desnecessidade de um outro canal de aproximação com a sociedade civil com o Conselho, tal como Observatório da Defensoria, porque o trabalho da Ouvidoria, de aproximação da Sociedade Civil já é exemplar. Em relação a proposta de mudança da deliberação da gratificação, pediria para que essas questões fossem colocadas antes da discussão para a deliberação. O conselheiro Carlos colocou a importância de pensarmos em convênios com universidades para execução penal. Convênio com universidade tem um papel de atração da Defensoria Pública. O Diretor Administrativo da APADEP, Rafael respondeu que o Serra antes da eleição não iria receber ninguém, mas que marcar uma conversa com ele é uma das prioridades da APADEP. Sobre a questão da remuneração do plantão, os juízes terão efetivamente férias, se entender que vamos trabalhar seria normal esse trabalho. Comentou, ainda que estão pensando em fazer



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

uma conferência para a valorização da Defensoria. A Presidência em resposta as perguntas feitas disse que o Renato está também intermediando contato com o Serra para apresentar um projeto. Falou que o projeto de aumento de remuneração está ainda para cálculo de impacto e que o Gabinete está fazendo pressão, ligando com frequência para saber o andamento. Sobre a questão dos Conselhos, esta será verificada. Em relação aos mandados de segurança da FUNAP e orientadores trabalhistas, o Pedro marcou uma reunião com o José Renato para conversar sobre a cassação das liminares. Disse, também, que a Daniela está em Brasília, tentando falar com o PGR. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros passou-se a ordem do dia. CSDP n. 10/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública. Assunto: Carteira de Identificação do Defensor Público. Relator: Victor Hugo Albernaz Jr. Aprovada, por maioria, carteira de couro maior que o tamanho do cartão de identificação de plástico, vencidos os Conselheiros Roque e Victor Hugo. Aprovada, por unanimidade, que no local do nome constará Defensor Público, as informações constarão na vertical, o cartão de identificação será branco com brasão em marca d'água cinza. Na parte da frente constarão: foto, nome do Defensor Público, assinatura do Defensor Público e do Defensor Público-Geral, e data da expedição da funcional com o número da lei. No verso constarão número do RG, órgão de expedição, número do CPF, número da OAB/SP, naturalidade e data de nascimento. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 29 de setembro de 2006.